

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
Curso de Biblioteconomia
BIB 03037 - TCC

Cristiano Silva de Carvalho

**CIDADANIA, POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E
BIBLIOTECAS**

Porto Alegre

2004

Cristiano Silva de Carvalho

**CIDADANIA, POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E
BIBLIOTECAS**

Trabalho de conclusão de curso elaborado como requisito para conclusão da disciplina BIB03037— TCC, do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor Orientador: Dr. Valdir José Morigi

Porto Alegre

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitora: Prof.^a Dr.^a Wrana Maria Panizzi
Vice Reitor: Prof. Dr. José Carlos Ferraz Hennemann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
Diretora: Prof.^a Dr.^a Márcia B. Machado
Vice-Diretor: Prof. Ricardo S. da Silva

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
Chefe: Prof. Dr. Valdir José Morigi
Chefe Substituta: Prof.^a Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

C441c Carvalho, Cristiano Silva de.
Cidadania, políticas públicas, educação e bibliotecas/
Cristiano Silva de Carvalho orientado por Valdir José
Morigi.—Porto Alegre, Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, 2004.

1. Cidadania. 2. Políticas Públicas. 3. Educação
4. Biblioteca Escolar. I. Título. II. Morigi, Valdir José

CDU 316:025

Departamento de Ciências da Informação
Rua: Ramiro Barcelos, 2705
CEP: 90035-007
Tel: (51) 3316-5146
Fax: (51) 3316-5435
E-mail: fabico@ufrgs.br

UFRGS Biblioteca Setorial de Biblioteconomia e Comunicação
Nº CHAMADA: M 0278 C331c
Nº OBRA: 12545
Nº REGISTRO: 34 259
DATA: 22/09/04
SYS: 428150

AGRADECIMENTOS

Neste trabalho quero homenagear e dizer obrigado a muitas pessoas e a Deus. A Deus pela existência. Desejo que lá de cima, tu mãe olhe por este teu filho. A meu pai e aos meus nove irmãos pelo apoio, especialmente a quatro irmãos Vera Cristina, Paulo Sérgio, Célia e Anita. Tudo de bom para vocês, valeu a ajuda. Ao Colégio Colbachini de Nova Bassano pela amizade e companheirismo, a direção da Escola na pessoa de Analice Antonioli, a minha namorada Irma pelo apoio e muito carinho, te amo viu...Ao digitador Esmael obrigado pela ajuda. Aos meus cunhados e cunhadas em especial Marcos “o falca” pela dualidade Gre-Nal e as grandes discussões filosóficas e futebolísticas e os meus inúmeros sobrinhos, especialmente Maria Vitória “DiDikis”, Lizandra e Kely e Diego, por ser a minha fonte lúdica, nas horas difíceis. Ao meu grande orientador e um peregrino nesta empreitada Prof. Dr. Valdir José Morigi, as minhas amigas Fernanda e Núbia pela ajuda biblioteconômica e ser amigas na saúde e na doença. A turma do futebol do Paulinho aquele abraço. A turma de formandos boa sorte na vida profissional de todos. As músicas do Beatles, Bob Marley, Ramones, Eric Clapton pelas viagens noturnas e o vinho pela ajuda para a ciência, à filosofia por ser uma musa inspiradora. E a Jesus porque o mundo existe.

RESUMO

Quais as idéias que perpassam na questão da origem e estudos sobre cidadania, políticas públicas e bibliotecas. A cidadania tem um papel importante na herança cultural moderna para construir a sociedade e o pensamento ocidental. Neste sentido os gregos e os romanos inspiram o nascimento da cidadania através da busca da liberdade e dos seus direitos. A cidadania ajuda o ser humano a buscar os direitos tais como o civil, político, social diante do Estado. O Estado consolida a cidadania através das políticas públicas e estas estão impregnadas de ideologias. As ideologias existentes são a neoliberal onde o Estado se submete ao mercado e a iniciativa privada. A abordagem do bem estar social fundamenta-se num diálogo entre o governo e a sociedade civil organizada. A abordagem marxista traz a tona a força do Estado como princípio gerador de implementação de uma política mais social e igualitária. Neste contexto a biblioteca se afirma como um espaço de formação para a cidadania e o bibliotecário se torna um dos interlocutores dessa complexidade Estado, políticas públicas, novas tecnologias, educação e cidadania tendo sempre por finalidade o bem-estar e a felicidade do ser humano.

Palavras chaves: *Cidadania – Políticas Públicas – Educação – Biblioteca.*

ABSTRACT

Which the public ideas that exceeds in the question of the origin and studies on citizenship, politics and libraries. The citizenship has a paper important in the modern cultural inheritance to construct to the society and the thought occidental person. In this direction the Greeks and the Romans inspire the birth of the citizenship through the search of the freedom and its rights. The citizenship helps the human being to search the rights such as the civilian, politician, social ahead of the State. The State consolidates the citizenship through the public politics and these are impregnated of ideologies. The existing ideologies are the neoliberal one where the State if submits to the market and the private initiative. The boarding of the welfare state bases on a dialogue between the government and the organized civil society. The marxist boarding brings tona the force of the State as generating principle of implementation of one more social and igualitária politics. In this context the library if affirms as a space of formation for the citizenship and the librarian if it becomes one of the interlocutors of this Been complexity, public politics, new technologies, education and citizenship having always for purpose well-being and the happiness of the human being.

Key Words: Citizenship - Public politics - Education - Library

SUMÁRIO

	P.
1 INTRODUÇÃO.....	07
2 OBJETIVOS.....	09
2.1 Objetivo Geral.....	09
2.2 Objetivos Específicos.....	09
3 CIDADANIA.....	10
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA.....	18
5. ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
5.1 Abordagem Neoliberal.....	22
5.2 Abordagem do Bem Estar Social.....	25
5.3 Abordagem Marxista.....	27
6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO.....	29
7 AS BIBLIOTECAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO.....	31
8 BIBLIOTECAS ESCOLARES UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.....	34
9 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS:.....	40

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia foi desenvolvida tendo por objetivo uma análise, no contexto histórico-social de formação da cidadania e a importância desta na consolidação de uma sociedade com novas tecnologias, onde a atuação do bibliotecário se constituirá a parte essencial como fonte de informação e distribuição de conhecimentos.

Desde a Época Greco-Romana, até as modernas teorias sociais a formação da sociedade tem gerado conflitos, fazendo com que a busca de uma cidadania plena se desenvolve para a definição de novas posições sociais. No confronto surgem os modelos de desenvolvimento, se compõem os Estados de Direito, mas e a participação do cidadão, como força motriz da sociedade e as formas de distribuição de direitos essenciais. Os profissionais que trabalham com informação, conhecimento e disseminação da informação devem ser um educador em potencial. Neste sentido o papel dos bibliotecários cuja atividade não são meramente técnicas, mas também educativas. Ele tem trabalho social a fazer como cidadão. Um cidadão atento aos direitos sociais onde o direito à educação, saúde, segurança, habitação e emprego estão na pauta do mundo de hoje. Neste universo a política social de educação exige um profissional de informação inserido nesta política, pois a educação é um fator que modifica e faz nascer um cidadão para o mundo.

O papel de um sujeito social engajado, aqui o profissional bibliotecário é de compreender o mundo e o homem como um todo, um ser político, cultural, biológico, psicológico e espiritual. A informação é um meio para chegar ao fim que é tornar um cidadão mais solidário e consciente de seu mundo. O problema do trabalho monográfico é de como o bibliotecário deve se integrar a políticas sociais, principalmente na área da educação, através

da biblioteca escolar. A biblioteca escolar é um *locus* privilegiado de debate, de democracia, e não um lugar longe da realidade da escola, da criança, do jovem. A função do profissional da informação é ligar a educação fragmentada e dispersa, para um ambiente de contextualização e de promoção da interdisciplinaridade, buscando tornar o homem mais solidário e mais consciente de sua cidadania.

É neste espaço social que o trabalho do bibliotecário se desenvolve como fonte de informação aliando as novas tecnologias (fontes digitais, web) e a formação da cidadania com as bibliotecas sendo o centro cultural de uma sociedade que cresceu e por muitas vezes esqueceu-se da sua principal razão de existir o homem cidadão.

2 OBJETIVO

Este trabalho visa cumprir os objetivos geral e específico, através de um estudo teórico e referencial.

2.1 Objetivo Geral

Verificar como a participação da biblioteca auxilia na construção da cidadania através da cooperação nas políticas públicas na área da educação.

2.2 Objetivos Específicos

Identificar de que forma as bibliotecas escolares podem participar de programas voltados ao ensino

Verificar quais as ações que as bibliotecas utilizam para incentivar a construção da cidadania;

Identificar quais as práticas dos bibliotecários para ampliar a cidadania;

Verificar de que forma as práticas da profissão podem auxiliar nas políticas públicas na área da educação.

3 CIDADANIA

A história e cidadania andam juntas, tanto na Grécia quanto em Roma, elas deram uma mostra de seu papel no mundo ocidental. A Grécia foi formada a partir das pequenas colônias localizadas no mar mediterrâneo, e com produção de subsistência que ao longo tempo se desenvolveram com o acúmulo de riqueza e iniciando uma transformação na economia e na sociedade. As cidades-estados foram criadas por diversas etnias que se juntavam e estabeleciam ali uma comunidade, diferentemente das cidades que temos atualmente formadas por famílias pequenas, indústrias e transportes rápidos. (GUARNIELLO, 2003)

Nas cidades-estados (polis=cidade) a participação política somente dos homens se estabeleceu os princípios para a criação da democracia. O direito de ser cidadão se dava de geração em geração, mas com as mudanças e a vinda de novas pessoas se perdia o direito a chamada cidadania hereditária, que era passar os direitos de pai para filho. Nestas cidades somente os homens livres possuíam cidadania plena, os escravos eram os povos que perdiam as lutas e submetiam aos vencedores, juntamente com as mulheres que não tinham direito algum, ou seja, não tinham cidadania. Os estrangeiros e as mulheres trabalhavam e lutavam, mas não eram considerados no mundo dos cidadãos. Destes dois grupos é que se criavam os conflitos internos nas cidades-Estado. Os escravos queriam em primeiro lugar dos direitos civis, o principal, que é a liberdade, eles também queriam a participação nas decisões e inclusão nos espaços públicos. (GUARNIELLO, 2003)

Outro ponto de conflito entre as pessoas donas de propriedades e os escravos foi à distribuição de terras. Com estas lutas por conquistas e por poder geraram uma nova classe,

que sentia muito superior a outra, a aristocracia. Muitas pessoas que viviam na pobreza se unem e movendo-se para um conflito de classes e a fim de ganhar um espaço político maior, uma liberdade individual e no final criam uma comunidade para exercer seu poder político.

Que lições se tiram dos Gregos? Aos longos de dois séculos, estabeleceu-se uma sociedade democrática, sem a necessidade de organização política, sem a participação dos estrangeiros e das mulheres. Um dos direitos civis que ao longo tempo eles conquistaram foi à liberdade através de lutas internas entre os escravos e a aristocracia.

Outro país começa a dominar o mundo antigo, Roma, ela dará alguns sinais da cidadania à base do pensamento civil ocidental moderno. A etimologia da palavra “civis” vem do latim que significa cidade. Cidadania é a mistura entre o homem livre e a sua liberdade. Neste sentido há uma divergência entre os gregos e os romanos, para os gregos tudo é “*politéia*”, enquanto os romanos eram civitas, civilização. Os romanos já tinham uma visão diferente, onde a descendência proporcionava poder e herança. Esta descendência era dada pelo “*pater familias*”, ou seja, alguém possuía o controle da comunidade inteira. Eles comandavam os filhos, os escravos, a propriedade privada que vivia. Os conflitos do povo romano começaram com a luta entre os plebeus (povo) e os patricios. Os plebeus conquistaram mais direito político, colocando representantes deles no Senado Romano. Eles votaram leis, entre elas a distribuição de terras. Roma crescia e começava a expandir territorialmente, neste período surgem mais conflitos internos, principalmente por terras e por maior liberdade. Nestes dois grandes impérios antigos, se desperta um ideal que inspirou e inspira os liberais. A paixão pela liberdade é um dos pilares da civilização ocidental e que também influenciou o sistema capitalista. Ser livre não é estar subordinado a ninguém este pensamento perpassou em muitas outras revoluções liberais, tais como revolução inglesa, americana e francesa. (FUNARI, 2003) Há muito tempo, o homem busca a sua liberdade, pois

vivendo em sociedade, às vezes ele se submete a outro homem que possui poder e riqueza. A cidadania é um dos caminhos na conquista por direitos políticos, sociais, civil, coletivo.

Ser cidadão é o direito a ter direitos. A cidadania está em busca da igualdade entre os homens. Um dos teóricos da sociologia Marshall (1967) estuda mais profundamente a cidadania, a sua visão sobre o assunto é baseada no liberalismo, onde predomina o direito civil sobrepondo os direitos políticos e sociais, a liberdade de opinião, liberdade para propriedade privada, liberdade de imprensa. Ele estabeleceu algumas formas de direitos que são importantes para o cidadão. Ele mostrou a partir da realidade de seu país, a Inglaterra, como o capitalismo e a desigualdade social estão sempre em confronto, porque os direitos sociais muitas vezes precisam de distribuição de renda, diferente do capitalismo onde o acúmulo de riquezas é um dos princípios deste sistema. (MARSHALL, 1967)

Ele definiu o conceito de cidadania constituído de três elementos que seguem:

a) Direito civil

O direito a liberdade é um direito civil, que dá ao homem a autonomia e poder de escolha de religião, de partido político, de opinar sobre todos assuntos. Neste direito não cabe a nenhuma pessoa a coibir ou constrangê-la, todas as decisões sobre a sua vida. Elas são de caráter individual e pode usar, um direito chamado liberdade. O direito a opinião e de expressão, livre para falar e ouvir.

b) Direitos Políticos

Direitos políticos são os direitos do homem em participar da política, de sindicatos, de reuniões e principalmente o direito de votar (sufrágio universal). Segundo (Gentilli, 2002, p. 43-44) os direitos públicos e civis são livres de qualquer julgamento de outrem. “[. . .] direitos civis e políticos são emancipatórios, são possibilidades que se abrem para o indivíduo,

que autonomamente, decide sobre seu usufruto ou não. Portanto, como direitos de liberdade, não cabe um outro emitir julgamento sobre a escolha individual”.

c) Direitos sociais.

Direitos sociais é o direito à saúde, educação, habitação, segurança, previdência social entre outros. Os direitos sociais são embasados pelas modificações que acontecem no dia a dia da sociedade. A fome, a miséria, torna-se uma luta dos cidadãos em buscar uma situação igualitária, pois o cidadão vive numa comunidade, onde todos almejam serem iguais, segundo as nossas leis vigentes. Os direitos sociais são as lutas do trabalhador e dos excluídos contra os burgueses e pessoas que querem manter o *status quo* gerando assim muitos conflitos. Os direitos sociais são frutos dos conflitos de classes. A luta por melhores condições de trabalho, a luta constante por reformas agrárias, tudo isso para uma igualdade social e melhor qualidade de vida para todos. (MARSHALL, 1967)

O pressuposto de liberdade de expressão, de opinião faz circular as informações mais livremente. Esta liberdade de informações inclui como um direito do homem, o direito a informação. O direito civil abre a possibilidade de o homem ter acesso aberto e irrestrito a todas informações. A informação deve ser acessível a toda gente e é uma condição importante para o exercício da cidadania. Estar bem informado é uma prerrogativa de qualquer pessoa, caso esta não usar a informação, é um direito dela, mas terá uma ideologia única e não terá uma visão holística do mundo, da realidade. (GENTILLI, 2002)

A concepção liberal de cidadania, o homem tem liberdade de opinião e de exercer a sua individualidade plenamente. A pessoa livre, a propriedade privada, a livre concorrência no mercado são os alicerces do capitalismo e do liberalismo. A teoria do iluminismo do “deixa fazer, deixa passar” prepondera no mundo contemporâneo. Os ideais liberais têm como suporte a liberdade inerente a cada pessoa. Vieira (2001) demonstra que os direitos do

indivíduo são essenciais, para o agir livre do homem. “[. . .] o cidadão é concebido pela teoria liberal, como indivíduo dotado de liberdade e responsável pelo exercício de seus direitos”. (VIEIRA, 2001, p.39). Pode se ver liberdade como condição *sine qua non*, a não subordinação a ninguém é a chave para que o homem construa a sua vida sem a intromissão de outrem, todas estas idéias são o esteio de uma sociedade capitalista e liberal. Com o passar dos anos muitos fatos aconteceram e a sociedade mudou, trazendo consigo muitos problemas urbanos como rurais. Com isto as três realidades colocadas por Marshall (1967) não cabiam nos três pontos que constituíam a sua teoria. Surgiam problemas como a destruição da natureza, violência, direito dos homossexuais, genética, transgenia. Houve a necessidade de se criar os direitos coletivos e o direito à vida.

d) Direitos coletivos

O mundo mudou muito ao longo do tempo, saiu de uma sociedade agrária e machista, para uma sociedade industrial e mais igual em relação aos gêneros masculino e feminino. O grande crescimento das cidades criou problemas antes então inexistentes, a violência urbana, o crescimento demográfico, a degradação da natureza, crimes contra as mulheres e crianças, desrespeito às leis. Com todos estes problemas citados surgiram grupos que defendem os direitos das pessoas que sofrem problemas sociais e discriminatórios, tais como: GAPA, amigos da terra, themis, entre outros. Os direitos humanos têm a função de resgatar a cidadania perdida das pessoas espoliadas de sua dignidade. A autora afirma os temas abordados pelos direitos coletivos.

São direitos coletivos, de um povo, uma nação, uma comunidade, das minorias discriminadas (grupos étnicos etc). São direitos pelos quais se organizam os mais diferentes movimentos sociais ao redor do mundo. Estes, nos anos recentes, lutam pelas mais diferentes reivindicações, como por exemplo, a paz, o direito a um meio ambiente preservado, os direitos da mulher, da criança, das minorias étnicas, etc. (PERUZZO, 2002, p.79)

e)Direito à vida

Este direito está ligado a ética. O homem tem direito a não se sentir prejudicado perante a ciência. A busca do homem é a verdade, ele se transforma no *homo faber* e no *homo sapiens* para encontrar soluções para seus anseios e em buscar o fim último (verdade) e melhorar a sua qualidade de vida. Hoje, constata-se o crescimento da engenharia genética. (RUSSO, 1995) Muitas vezes procura-se a verdade nas ciências, mas na maioria do tempo entra-se num embate ético de um lado alguns cientistas com a comunidade científica, ou com outros setores da sociedade civil. O que é bom para ciência é bom para o homem? Neste sentido o autor coloca:

Todo o aumento do conhecimento é uma conquista do mistério do infinito, no qual nos encontramos, que pode abrir o caminho para ser uma melhor pessoa. Porém, a conquista de novos conhecimentos e, sobretudo a aplicação de novos conhecimentos podem implicar problemáticas de ordem ética que o cientista e a técnica, como qualquer outro homem não pode evitar. (RUSSO, 1997, p.225).

Conforme esta abordagem, percebe-se que o homem se preocupa com as implicações antiéticas que ocorrem nas ciências. Por isso, são necessárias idéias mais humanistas que estimulem uma profunda reflexão científica sobre a genética, e as transformações que a ciência faz para não prejudicarem o homem e a natureza.

A cidadania é ter direito e deveres, conhecimento da realidade social de cada um. Ser cidadão hoje é ser solidário nos problemas sociais, ser conhecedor dos direitos civis e políticos, direito de estar bem informado, capaz de entender e debater sobre ética, direitos humanos. (DIMENSTEIN, 1999) Estar atento para que todos não tenham prejuízos e problemas. Enfim, para que o homem não transforme o seu mundo em lugar selvagem e hostil. Ser cidadão é ser também um participante ativo da realidade de sua cidade, do seu país, do seu mundo. Um cidadão consciente não transfere de modo infantil o direito de participar da sua cidade, do seu país. Neste sentido o autor expõe:

Cidadania é o direito de ter uma idéia e poder expressa-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que cometeu um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido. Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios da cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir telefones públicos. Por trás desse comportamento está o respeito a coisa pública. O direito de ter direitos é uma conquista da humanidade. Da mesma forma que anestesia, as vacinas, o computador [. . .]. (DIMENSTEIN, 1999, p. 29)

A cidadania assim como a política está em tudo e em todos, não importa o valor que se dá na escola, no meio ambiente, ou no trabalho. A cidadania se torna necessária no agir do homem, a liberdade está aí para demonstrar, na sua postura política através do sufrágio e também do acompanhamento das políticas públicas implementadas por um governo. Manter-se informado sobre a política através das mais diferentes formas tais como: jornais de sindicatos, jornais diários, internet, isto faz com que a pessoa esteja atenta e engajada aos problemas sociais, é exercer um pouco a cidadania.

A consciência ambiental tem a necessidade que o homem conheça a natureza mais profundamente para cuidá-la melhor, na luta constante contra a opressão dos trabalhadores do campo e da cidade, respeito ao ser humano, enfim melhoria de vida para todos, sem privilégios. (PERUZZO, 2002) Existe uma ligação forte entre cidadania e políticas públicas, porque a pessoa precisa acompanhar atentamente todas as ações governamentais e trabalhar para que o governo implemente uma política pública que busque o bem comum e uma qualidade de vida. A Biblioteca pode se tornar uma pequena fonte na sociedade, engajando se em projetos sociais que conscientizem as pessoas e lute para que as pessoas não percam o seu direito à informação.

O governo investindo em melhorias nas escolas, nas bibliotecas escolares e públicas, os cidadãos acompanhando estes investimentos e a biblioteca fazendo um trabalho humano e social, tornar-se-á assim uma biblioteca cidadã e integrada com a sociedade, que é o seu fim último.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

As políticas sociais vêm do desenvolvimento econômico das transformações da realidade. As políticas públicas são sempre um resultado do jogo de força entre os setores organizados da sociedade civil com os poderes constituídos. A política educacional nasce das políticas sociais públicas. Muitas vezes as instituições e a sociedade civil entram em choque. A política educacional do Estado é formada pelo governo que eleito pelo sufrágio e está no poder. O Estado regula os requisitos educacionais, implementa a ideologia dominante e reproduz a força de trabalho e forma os intelectuais. Sobre esta implementação das políticas públicas é necessária uma cidadania organizada e participativa. (VERZA, 1996) O que a cidadania pode fazer para participar e integrar a esta política social?

A cidadania é uma fonte de direitos humanos e sociais entre eles a educação. A cidadania organizada funda um estado democrático e participativo. Não há democracia sem sujeito, sem ator, ou seja, sem cidadão. O cidadão é um ser consciente de seus direitos, com educação formal e informal. Todas as mudanças sociais que se faça é uma questão de cidadania, de quem busca ter um espaço. A educação tem o papel de formar a competência humana e tornar o homem um verdadeiro cidadão. A política educacional tem duas visões políticas, uma visão neoliberal e outra a socialista. A visão neoliberal incentiva à retirada do Estado da economia, pois o crescimento da produtividade, uma política de importação depende somente da iniciativa privada e não do Estado e a política educacional deve ser privatizada desde o ensino básico até o ensino superior. (VERZA, 1996) Nesta visão os cidadãos participam das políticas sociais, mas dificilmente conquistam direitos. A política não está ligada aos problemas nacionais, mas sim ao mercado internacional, ao Fundo Monetário

Internacional aos grandes banqueiros, e ela se esquecem das pessoas. O mercado está acima de tudo.

O bloco esquerdista incentiva à socialização do saber, ou seja, uma melhora na capacitação dos profissionais que trabalham em educação. Este bloco estimula o fortalecimento da sociedade civil, aprofunda as relações entre as pessoas e dá base a uma democracia participativa. O compromisso dos cidadãos que participam deste bloco é implementar e executar políticas públicas de educação, democratizar os meios informacionais, incluir o acesso universal à escola e aos conteúdos universais exigidos pelos diferentes setores da sociedade que buscam aperfeiçoar a cidadania. A cidadania e a educação necessitam da participação efetiva, pois isto faz crescer a democracia. A qualidade da educação provém da formação do cidadão consciente e participativo. Ser um cidadão consciente é buscar o seu crescimento intelectual, cultural e social. Não há um Estado democrático, uma implementação de políticas públicas, uma escola de qualidade, um Brasil renovado; sem ter uma cidadania consciente e organizada. Neste sentido, acrescenta ADAMS (2004, p. 3) :

Precisamos criar um padrão de convivência com relações solidárias, um novo padrão de produção de consumo, o que implica em avançar na construção de uma sociedade justa e solidária. Para ter qualidade de vida necessita-se: espaço físico, vestuário e moradias compatíveis, liberdade de produzir cultura, educação.

A união dos cidadãos pode garantir políticas públicas para ter uma igualdade entre todas as pessoas. Enfim, cidadania e políticas públicas têm um papel fundamental para modificar a realidade, cada um possui uma função específica. O Estado através das políticas públicas propicia um ambiente favorável para que cada cidadão cresça com todos os seus direitos garantidos. E a função do cidadão está em participar constantemente e estar de olho nas realizações do Estado para que o rumo político não mude de acordo com o governante. E assim o cidadão estará exercendo o seu poder político, e controlando os seus direitos sociais, civis e político, para que nada se perca ao longo da história. (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL RIO GRANDE DO SUL, 2004)

5 AS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para entender como a cidadania ocorre em um determinado país é necessário compreender como estão estruturadas as instituições políticas e sociais e como as políticas públicas são implementadas para o fortalecimento da cidadania. Nesse sentido é necessário abordar as diferentes concepções teóricas sobre as políticas públicas, procurando mostrar como elas interferem no processo de construção da cidadania. Mostrar os enfoques que determinam as ações das políticas do Estado.

No final do século passado, tentou-se deixar o Estado mínimo cumprindo unicamente as suas funções administrativas e burocráticas, na contramão do estado Socialista, onde o poder político e econômico está nas mãos do Estado. Há controvérsia muito grande entre estes dois sistemas, um deles coloca que o Estado deve ficar fora do mercado e outro sistema coloca que o Estado tem um papel de regularizar e manter a economia em suas mãos.

Para desenvolver um Estado é necessário ter instituições fortes democráticas. Os três poderes constituídos, executivo, legislativo e judiciário sejam independentes em si, mantendo o estado democrático de direito, que em si sempre visa o bem da sociedade como um todo.

Neste sentido, o Estado tem o papel de proporcionar uma qualidade de vida o bem estar de todos à população, para isto é necessário, políticas públicas. Ele tem esta ferramenta para agilizar a máquina administrativa para o bem estar do povo.

Entende-se por política pública a tomada de posição do Estado diante das demandas da sociedade, que se traduzem, entre outras coisas, em legislações, propagandas e projeto de ação voltada à segurança, à educação, à geração de emprego e renda, à saúde, à regulação da economia, ao uso dos recursos naturais, a seguridade social e tantos outros aspectos da vida econômica e social que puderem ser enumerados. (FERREIRA, 2003, p. 37)

Constata-se que políticas públicas estão ligadas a ação prática do governo com a sociedade a fim de que as demandas da população sejam atendidas para uma qualidade de vida melhor para todos. A política pública é uma política social implementado por um plano de governo, entende-se governo como um conjunto de programa e projetos que parte da sociedade (política, técnicos, especialistas, organismo da sociedade civil sindicatos, federação e outros) propõe propostas de ação para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções do estado através de ministérios, secretarias, quem implementa, define, prioriza é o poder executivo através destes. As ações das políticas são, através de medidas tomadas por aparelho estatais, ou seja, ligado ao estado, mas a pessoa vive sob um Estado democrático a sua participação efetiva na sociedade faz com que ela participe também da implementação das políticas públicas. (FERREIRA, 2003)

Qual é o papel das políticas públicas? As políticas públicas servem para diminuir a distância entre os que possuem um ótimo poder aquisitivo (elite) e as pessoas sem condições de vida, esta distância foi aumentada com as políticas neoliberais o qual esta vertente do capitalismo mais adiante será apresentada. Realmente o papel do Estado é garantir a população, os seus direitos fundamentais para que esta possa viver com dignidade, mas muitas vezes o Estado nega estes direitos constitucionais. E entre esses importantes direitos está a educação. Outro papel importante do Estado é o governo no papel de manter um diálogo o permanente com a sociedade civil organizada para que estes juntos diminuam as diferenças sociais criadas pelo modelo capitalista. Mudança social em busca de uma maior igualdade social. A educação é um dos fatores que ajudam a diminuir a desigualdade social. O real papel da educação na sociedade é de proporcionar conhecimento, igualdade, cidadania e também deve ser o motor para o crescimento sustentável da nação. (AZEVEDO, 1997)

Muitas pessoas ainda permanecem a parte da produção e de compreensão da palavra escrita, ser alfabetizado é mais um privilégio de poucos, do que um direito de todo o cidadão. Portanto o analfabetismo é o maior desafio a ser enfrentado pelo Estado.

As políticas públicas possuem vertentes de pensamento uma ligada ao Estado capitalista e outra ligada ao estado Marxista. Sendo que o estado capitalista e outros sistemas se convergem na abordagem neoliberal e também na abordagem do bem estar social muito difundido nos Estados Unidos. Estas condições políticas colocam a educação em destaque, mas com pontos de vista opostos, a educação mostra marcos diferentes visões de políticas de acordo com o sistema vigente. A política de educação tem forma segundo a visão capitalista, socialista e a corrente do bem estar social. Vê se que a educação, emprego e previdência são assuntos que aparecem em todas estas abordagens. Mas diverge dentro do sistema capitalista, a abordagem neoliberal, da abordagem do bem estar social, através das suas ideologias, apesar de estarem unidas na sua raiz o capitalismo.(AZEVEDO, 1997)

5.1 Abordagem Neoliberal

O Estado diversas vezes mudam os seus governantes através do voto e com eles vêm as suas idéias filosóficas e políticas. Suas visões de mundo e de sociedade provêm de teorias e de conhecimentos provindos da educação política que tiveram. Uma das teorias capitalistas vigentes é a abordagem neoliberal.

Esta teoria surge no século XVII, os seus precursores são os pensadores Adam Smith e John Stuart Mill eles foram os idealistas do liberalismo clássico. O capitalismo passa por muitas mudanças ao longo do tempo até que houve uma crise no petróleo no final do século XX e o capitalismo neoliberal começou a tomar forma. A liberdade e o individualismo são as bases da abordagem neoliberal, estas bases fazem nascer o mercado. Mas afinal é o que é o mercado? O mercado é o conjunto de atividade econômica como por exemplo a prestação de

serviços feitos por uma empresa, compra de bens de consumo, feitos por pessoas, chamadas pelos idealistas dessa corrente de consumidores, ou usuários. O neoliberalismo questiona o poder de estado perante o mercado, à intervenção estatal sobre as relações de mercado. A frase dos neoliberais é “menor estado e mais mercado”.

O individualismo e a liberdade humana criam um espírito de competitividade, é a luta de todos contra todos, só os melhores vencem. Hoje muitas vezes vê na prática do dia a dia através da luta para ter emprego, uma vaga na universidade pública, todos querem, mas nem todos conseguem. Quem não ganha sente deprimido, com stress e vive na pobreza. O mundo é para vencedores, derrotas não existe para esta idéia política. A lei do mais forte impera e domina. (MORAES, 2002)

A busca do ser humano é o lucro, do ganho, do consumo desenfreado, os pensadores neoliberais colocam as seguintes idéias, a liberdade como fonte de não interferência à sociedade em sua vida. Outra idéia é a iniciativa individual como base de toda atividade econômica. Nesta abordagem o papel do estado é não ameaçar interesses individuais e da iniciativa privada.

Deve-se deixar o mercado fluir, pois ele resolverá os problemas da sociedade. O mercado é capaz de se auto-regular e se equilibrar sem nenhuma intervenção estatal. As políticas públicas, segundo o Neoliberalismo são criadas para ter crise e atrapalham a iniciativa privada.

O Estado tolhe todos os princípios da liberdade e da individualidade, estes valores são as essências do sistema capitalistas neoliberal. Tira-se o direito de greve, se tira o poder de barganha dos sindicatos, as opiniões das pessoas não têm valor algum, somente que tem dinheiro. (MORAES, 2002)

Na área educacional, a abordagem neoliberal tenta retirar o poder do estado. O estado deve transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas na área de educação com o setor privado.

Com a iniciativa privada há o estímulo a competição e o aquecimento no mercado, criando assim um padrão de qualidade na prestação de serviços educacionais. As pessoas teriam a possibilidade de escolher o tipo educação desejado para as crianças e os jovens. Esta idéia diminuiria a burocracia, a estrutura administrativa e os gastos públicos.

As idéias neoliberais estão na educação. Para eles a educação tem um papel de poder sobre a mente humana, então não pode delegar este poder a única autoridade, neste caso o Estado. A educação é visto como um produto e pais e filhos são consumidores deste produto. Em si, o neoliberalismo dá ênfase a iniciativa privada, a livre concorrência não havendo nenhuma intervenção do Estado. O Estado se desregulariza, ou seja sair de tudo, inclusive na educação. Segundo neoliberais, a educação privada é melhor pois na iniciativa privada existe a qualidade total, professores bem remunerados, livre escolha dos pais e com resultados melhores do que o ensino público (AZEVEDO, 1997).

5.2 A Abordagem do Bem Estar Social

O Estado de bem estar Social (welfare state) surgiu na Alemanha com o Governo de Otto von Bismarck que criou o sistema de previdência social. A economia estava em baixa, com a bolsa de Nova York em queda e o período de entre guerras, cria uma forte turbulência política.

O auge do Welfare State foi do fascismo até os anos da queda de preços do petróleo. Nesse período houve uma ligação entre os liberais e os democráticos para estabelecerem o bem estar social a toda população. O Estado de bem estar social regula os investimentos

5 AS ABORDAGENS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para entender como a cidadania ocorre em um determinado país é necessário compreender como estão estruturadas as instituições políticas e sociais e como as políticas públicas são implementadas para o fortalecimento da cidadania. Nesse sentido é necessário abordar as diferentes concepções teóricas sobre as políticas públicas, procurando mostrar como elas interferem no processo de construção da cidadania. Mostrar os enfoques que determinam as ações das políticas do Estado.

No final do século passado, tentou-se deixar o Estado mínimo cumprindo unicamente as suas funções administrativas e burocráticas, na contramão do estado Socialista, onde o poder político e econômico está nas mãos do Estado. Há controvérsia muito grande entre estes dois sistemas, um deles coloca que o Estado deve ficar fora do mercado e outro sistema coloca que o Estado tem um papel de regularizar e manter a economia em suas mãos.

Para desenvolver um Estado é necessário ter instituições fortes democráticas. Os três poderes constituídos, executivo, legislativo e judiciário sejam independentes em si, mantendo o estado democrático de direito, que em si sempre visa o bem da sociedade como um todo.

Neste sentido, o Estado tem o papel de proporcionar uma qualidade de vida o bem estar de todos à população, para isto é necessário, políticas públicas. Ele tem esta ferramenta para agilizar a máquina administrativa para o bem estar do povo.

Entende-se por política pública a tomada de posição do Estado diante das demandas da sociedade, que se traduzem, entre outras coisas, em legislações, propagandas e projeto de ação voltada à segurança, à educação, à geração de emprego e renda, à saúde, à regulação da economia, ao uso dos recursos naturais, a seguridade social e tantos outros aspectos da vida econômica e social que puderem ser enumerados. (FERREIRA, 2003, p. 37)

produtivos, os exemplos estão: na construção de estradas, na construção de escolas, no mercado consumidor e na administração dos créditos pessoais. O Estado também tem a função intermediar a relação, entre o capitalismo e o trabalho, a relação entre trabalhador e o patrão, amplia os direitos do cidadão e ele coloca as pessoas acima das regras do mercado. A política de bem estar social se financia com alta carga tributária, na proteção do estado perante o mercado financeiro e há uma taxaço sobre a produção e o trabalho.

Para realizar obras, investimentos em tecnologias, aumentar o poder aquisitivo é preciso aumentar os gastos públicos. O estado subsidia a agricultura, a indústria, programas sociais (diminuição de analfabetismo a diminuição da pobreza). O estado de bem estar social representa a mediação de interesse de ricos e pobres e as visões do mundo que permitem a diminuição das desigualdades com um processo democrático de distribuição de renda. O bem estar social prioriza em parte a boa educação para as crianças. As instituições juntamente com a sociedade organizada buscam a implementação de políticas públicas. E o estado procure dialogar com a sociedade, a fim de propiciar políticas públicas. No estado de bem estar social as políticas se dividem em quatro formas.

Política Conjuntural: políticas emergenciais desenvolvidas a partir de ocorrências climatológicas, ou então problemas específicos, como o combate a fome.

Política Estrutural: políticas voltadas para a base da sociedade, saúde, educação, habitação, segurança.

Política governamental: políticas que afetam o conjunto de toda a sociedade como, por exemplo o aumento do salário mínimo, a estabilidade econômica..

Política segmentar: políticas dirigidas a alguns grupos da sociedade.

O foco analítico próprio da abordagem do bem estar social são os processos, os diálogos entre estado e sociedade que convertem as demandas em políticas públicas. A idéia

desta abordagem política é: “Aquilo que os governos fazem, ou que governos deixam de fazer.”

Neste caso o governo pode agir ou não politicamente, quando escolhe as prioridades nesta abordagem. Se ele, por exemplo, não programar nenhuma ação voltada para a educação pode ocasionar provavelmente um grande impacto na sociedade, como por exemplo, o aumento do analfabetismo.

O Estado tem o papel de administrar os conflitos entre grupos e as forças em luta, e é responsável pelo estabelecimento das regras de competição. Este jogo político se traduz em ações governamentais. De acordo como a sociedade cresce mais complexa fica a interação do estado com as pessoas. A educação é o lugar para uma distribuição igualitária de bem estar. Esta abordagem proporciona a sociedade, um padrão mínimo de renda, alimentação, saúde, abrigo e educação, o estado garante tudo isso como direito público e não como um benefício.

Os avanços democráticos nas sociedades capitalistas nunca resultaram de concessões unilaterais de parte da burguesia, mas sim de um diálogo das organizações civis, e pressões do setor popular. A estatística é muito usada por esta abordagem, pois ela traz significativa; informações para implementação das ações governamentais. Parte da sociedade confunde bem estar social com política assistencial, onde predomina as intervenções de instâncias privadas (maioria entidades religiosas).

Muitas vezes, a política de bem estar social tem a finalidade de ganhar votos. Os programas e as intervenções sociais têm algumas vezes, uma motivação política. As obras obtêm rendimentos eleitorais. A educação é uma função essencialmente social e o estado não pode ficar fora. A educação deve ser a ligação entre a sociedade e o estado. E ela submetida ao poder maior o estado. As necessidades humanas são crescentes, ilimitadas e os recursos governamentais são escassos, para equilibrar, por isso, é importante participar do processo

político visando sempre à construção de prioridades para ação estatal. Nunca esquecendo que a educação tem um papel primordial para esta abordagem. (AZEVEDO, 1997)

5.3 Abordagem Marxista

Esta abordagem é um modelo diferente das abordagens capitalistas. O foco do Marxismo é encontrar formas para realizar uma maior igualdade e qualidade de vida para todas as pessoas. Karl Marx contribui ao mostrar às desigualdades e a exploração inerentes às sociedades de classes. Marx nos seus livros não fala em educação em si, mas entende que a educação é um dos instrumentos de apoio na organização e na luta entre a burguesia e o proletariado. Marx reconhecia que com a organização do mundo de trabalho, a luta de classe poderia obter ganhos diante da burguesia. Esta abordagem ganha mais força através de uma crise financeira e econômica, vivida no meio do século XX, onde houve grandes debates discutindo o capitalismo, suas formas e funções e sobre as políticas públicas como um meio de subordinação ao meio capitalista. Neste período, os pensadores ligados a esta abordagem afirmam que o Estado é o defensor dos interesses de toda a sociedade e quando há uma intervenção do Estado o proletariado sobrevive graças a ele. As ações do Estado em algumas circunstâncias fazem à defesa de direitos tais como: saúde, educação, habitação, saneamento que são interesses comuns de todos os membros. (HOFLING, 2002) Na área educacional, a abordagem marxista coloca que a política educacional é um meio de socializar a força de trabalho. É dessa visão que é implementada, os sistemas públicos de ensino e seu caráter obrigatório e universal. (AZEVEDO, 1997)

O Estado opera e formula as políticas sociais, por exemplo, a educação básica obrigatória e gratuita para regular a continuidade do trabalho assalariado. Esta busca de

igualdade foi causado por lutas sociais que resultaram num Estado mais social. Antes das idéias marxistas os Estados buscavam somente os direitos fundamentais tais como: a liberdade pessoal e o direito a propriedade. A participação dos trabalhadores foi essencial para que todos tivessem direitos. Os trabalhadores começaram a estudar as doutrinas socialistas, fizeram greves, fecharam fábricas e diminuíram a carga horária de trabalho de criança e mulheres. Na visão desta abordagem o fundamental não é mais a propriedade privada e nem liberdade do comércio e sim à dignidade de toda a pessoa humana. (SINGER, 2003)

6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

A educação é um direito de todos e é dever obrigatório do Estado e ela deve ser democrática e sem qualquer discriminação seja qual for a ideologia da pessoa. As políticas públicas na área da educação devem ser construídas com toda comunidade escolar (professores, alunos funcionários) e articulado através do Estado. A construção de uma política educacional parte de uma valorização, qualificação e formação permanente dos professores, funcionários. Esta construção pedagógica é fruto do conjunto de professores e pensadores da área educacional esta necessita de alguns aspectos tais como:

- a) Articulação de políticas e programas de educação;
- b) Recursos tecnológicos, humanos e financeiros para enriquecer o processo de aprendizagem e ensino;
- c) A inclusão de jovens e adultos;
- d) A valorização da escola do meio rural;
- e) A promoção dos direitos da criança e do adolescente;
- f) Inclusão de estudante com necessidades educativas especiais, indígenas e assentados;
- g) Ampliação do atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco e de perigo constante.

Pode-se constatar que o lado humano prevalece no espírito dos princípios e diretrizes educacionais. A inclusão de crianças deficientes, jovens e adultos até então excluídos, fazem com que saem do fantasma do analfabetismo e parte para um processo de ensino e

aprendizagem integrador e agregador. Onde todos são peças importantes na articulação de uma política pública humanizadora. (RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação, 2000)

As políticas públicas educacionais como se vê é a união entre diversas instâncias o governo, a comunidade escolar e a sociedade civil. A execução destas políticas educacionais em cooperação com a sociedade organizada e demais instituições públicas, na perspectiva do desenvolvimento social. Cria um ambiente favorável a todos os aprendizados sendo eles crianças, jovens e adultos, diminuindo assim o mal que aflige a educação, o analfabetismo. Vê-se que a educação tem um papel importante na formação do cidadão. A educação é a porta para o conhecimento e também para se interar das ideologias existentes. A sabedoria leva ao progresso pessoal e profissional e como consequência deste caminho um bem estar social, um conforto. A educação acima de tudo muda o comportamento do indivíduo e interfere o modo de pensar e a sua prática.

7 AS BIBLIOTECAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO.

A Biblioteca é um local de democracia e de um espaço de educação contínuo para toda a vida. Ela proporciona horas não somente de lazer, mas de conhecimento, de informação. Existem pontos que a Biblioteca precisa ter em mente para mover e estabelecer a cidadania e agir politicamente. Estes pontos são:

- a) Promover à população o livre o acesso à informação de forma atualizada, criativa integrando indivíduo e comunidade.
- b) Incentivar a população com o apoio da biblioteca para contribuir na transformação social e democrática.
- c) Servir como centro de informação e comunicação para a sociedade;
- d) Apoiar a indústria editorial nacional;
- e) Promover serviços bibliotecários

A biblioteca tem a responsabilidade de não ficar alheio à realidade das pessoas. Então ela deve atender além dos estudantes, os segmentos dos excluídos, negros, índios, entre outros. Na história em alguns momentos as bibliotecas excluíram pessoas e não incentivaram a leitura e não estabeleceram uma política de informação para todos. Tornando estas pessoas analfabetas prejudicando a sociedade como um todo.

Para cumprir sua função social a biblioteca não deve excluir os analfabetos, os deficientes, os favelados e as pessoas que não têm acesso a ela. A Biblioteca é um espaço

onde possa existir mais igualdade, auxiliando a todos sem distinção, pois o direito a informação é uma questão de cidadania.

Desvinculação do estudo dos problemas informacionais com questões sociais, econômicas, políticas e culturais do país que produzem indivíduos letrados ou socialmente aptos ao acesso a informações produzidas e sistematizadas, e um grande contingente de analfabetos e semi-analfabetos, expropriados de bens materiais, produtivos e culturais e por isso mesmo, sem as condições favoráveis ao uso da informação registrada. Em inúmeras vezes a biblioteca só é espaço aluno do ensino fundamental e do ensino médio para atender as suas necessidades de informação. (FERREIRA, 2003, P. 3)

A informação registrada é para todos. A Biblioteca hoje é para todos? Isto mostra que a biblioteca quanto o bibliotecário devem estar envolvidos com os problemas da sociedade não somente um determinado grupo. A biblioteca deve estar inserida nas políticas públicas, porque o Estado utiliza meios para chegar aos setores populares e à sociedade como um todo. Sendo assim, a Biblioteca é uma ferramenta ideal para esta aproximação. Para programar políticas públicas focado em Biblioteca são necessários alguns pontos:

- * Diálogo constante com estado.
- * Aproximação dos intelectuais com a biblioteca;
- * Mostrar a biblioteca, o seu trabalho, a sua real necessidade aos setores populares, com diálogo aberto e necessário.
- * Construir dentro do ambiente biblioteca um espaço menos desigual e mais solidário.

(TARGINO, 1991)

A idéia fundamental porque a biblioteca deve ser objeto de política pública? Surgem problemas políticas no dia a dia do governo, mas estes problemas devem ser umas construções sociais e cujo, o contexto dependerá de fatores existente a sociedade e o sistema política vigente. O resultado dessa construção nasce de problemas vividos por toda a sociedade. O analfabetismo, a violência familiar, a contaminação do meio ambiente, a corrupção, o preconceito, o racismo. É importante criar uma agenda positiva, onde se

proponha combater a exclusão social, criar uma sociedade de informação, buscar uma melhor qualidade de vida e reduzir o analfabetismo.

No campo de informação, o Brasil tem longo caminho a correr, que tem mais 16 de milhões de incapazes de ler e escrever uma carta sequer. Outro problema é generalizar o uso das tecnologias informacionais. Estes problemas devem integrar além das escolas, as bibliotecas. (FERREIRA, 2003)

A elaboração de política pública para bibliotecas é necessária, remeter e construir uma aliança entre comunidades, sindicatos e órgãos governamentais para se ter uma imagem da realidade sobre as quais se querem modificar. A referência que estas pessoas podem ter é conhecer, organizar suas percepções, confrontar soluções e definir suas propostas de ação. Os atores sociais, citados anteriormente são importantes que intervenham mais diretamente na construção da visão do mundo. A base e a legitimidade baseiam-se nas funções sociais que exercem através da profissão no caso dos bibliotecário-documentalistas, etc, as porta-vozes da sociedade civil e do mundo político (presidentes, governadores, prefeitos, etc).

8 BIBLIOTECA ESCOLAR UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

As avaliações mostram que os alunos aprendem mais quando tem a oportunidade de conviver com os livros na escola. Segundo os dados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) no ano de 2002, mostra que apenas 46 mil contam com a biblioteca ou sala de leitura. Quando se fala em biblioteca escolar é inevitável pensar nos hábitos de leitura dos alunos. Formar bons leitores significa encontrar as crianças, enfeitá-las com o poder que vem dos livros. Mas isso não se faz com leituras obrigatórias, nem trabalhos estafantes de compreensão de texto. A leitura é um meio, nunca um fim. Por isso a biblioteca deve ter as seguintes funções: ler para se divertir, ler para escrever, ler para estudar, ler para descobrir. A biblioteca escolar deve ser um espaço da criança conhecer este universo de formação e de educação para a informação.

Para construir o hábito da leitura e reforçar o papel de bibliotecário escolar. É essencial fazer novas aquisições, repor recuperar volumes danificados. Devem-se fazer assinaturas de revistas e jornais. Fazer um curso de capacitação em contarem histórias e incentivar as crianças a levar livros para ler em casa. (SILVA, 1993)

A biblioteca escolar juntamente com a Escola pode ser um local, onde a criança saia deste lugar satisfeita, forme uma criança leitora e formadora de opinião. Para isto são necessários alguns pontos essenciais para um crescimento das bibliotecas e também da escola. O apoio e fortalecer os métodos da educação como parte integrante do círculo escolar.

Desenvolver e manter o hábito e o prazer de leitura nas crianças; estimular e aprendizagem e a prática na habilidade de leitura (alfabetização) relacionada à identificação, seleção, recuperação, uso aplicação e interpretação da formação, independente do suporte,

incluindo a tradição oral; proporcionar oportunidades para o desenvolver atividades individuais ou em grupos no uso; criação de dados informacionais, independente do suporte, para o desenvolvimento de conhecimento, imaginação, recreação; promover a pesquisa e oportunidade de aprendizagem que representa a diversidade de idéias, experiências e opiniões, atendendo as necessidades e condições locais e nacionais.

Garantir um ambiente em que a importância da alfabetização e da capacidade para a leitura e cálculos, sejam reconhecidas; enfatizar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pré-requisitos básicos para o fortalecimento de cidadania e da democracia.(REVISTA NOVA ESCOLA, 2003)

Um programa estabelecendo os serviços a ser desempenhados pela biblioteca deve ser planejado pelo bibliotecário escolar, incluindo as suas funções, os objetivos a ser alcançados pela biblioteca ao longo e curto prazo, o plano de ações, estratégias de uso e métodos para a avaliação anual dos serviços.

Bibliotecas escolares efetivamente organizadas obedecem às normas padronizadas. O acervo, a estrutura, as dimensões todos estes aspectos são necessários para bom andamento do serviço biblioteconômico. Os serviços serão fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Isto requer uma organização adequada das coleções, facilidades para leitura e estudo, assim com novas tecnologias e usuários. Implica também em serviços especiais para os que não podem locomover até a biblioteca. Os serviços de bibliotecas devem ser adaptados para atender as diferentes necessidades das escolas das zonas urbanas e rurais.

Um programa de extensão e de educação ao usuário deve ser planejado pelo pessoal da biblioteca, no sentido de auxiliar a comunidade escolar (professores e alunos) a se beneficiar de todas as inovações. A união destes setores, a apresentação de projetos e pesquisas práticas, planejamentos integrados ocasionarão um progresso para escola e como consequência crescerá a biblioteca escolar.

A biblioteca escolar é uma das portas de educação segundo as diretrizes de bases da educação um local de leitura e de cultura. Um espaço de estímulos de aprendizagem, porque a biblioteca seleciona as informações para melhorar a vida das crianças na escola. Fazer um espaço da biblioteca lugar de desenvolvimento de atitudes (através da hora de contos, concentra a leitura). O conhecimento e a imaginação ingrediente essencial para a biblioteca. (SILVA,1997) Hoje com novas tecnologias, e um mundo voltado à informática, se vê que muitas bibliotecas escolares perderam seu espaço em relação a pesquisas, e o estado constrói escolas, sem se preocupar com o ambiente da biblioteca fazendo desse espaço uma nova de aula.

Sem computador para pesquisar, livros novos, dicionários e enciclopédias atualizadas transformam a escola num caos. A biblioteca tem de estimular o diálogo franco, o espírito crítico, a tomada de decisões e fazer desse lugar democrático e aberto. As idéias amadurecem no ambiente da sala de aula na biblioteca. A leitura é um exercício para aumentar conhecimento, e expandir o vocabulário. A educação contínua expõe a necessidade de um local próprio para a pesquisa, à biblioteca.

A biblioteca hoje é um espaço de liberdade intelectual, sem censura e o acesso à informação tende a ser democrático. (FRAGOSO, 2004) O ambiente da biblioteca garante alfabetização, leitura e importância no contexto para pessoas no seu dia a dia. Vê-se então que a biblioteca é uma página da cidadania e de democracia.

Se a formação de bibliotecas está essencialmente condicionada à alfabetização e escolarização, então se lê por necessidade. Os objetivos que a escola tenta atingir, são através de seus programas e métodos. O problema da leitura Brasileira está ligado à falta de bibliotecas escolares. É uma briga constante entre os educadores e a sociedade, civil, principalmente com os políticos e o governo que está no poder. A biblioteca escolar é um agente social para diminuir a ignorância. (REVISTA NOVA ESCOLA, 2003)

A abertura de bibliotecas escolares é umas das responsabilidades do estado. O estado precisa criar condições para uma boa biblioteca escolar. Próximo da zona de aula a atualizada condizente com os usuários existentes. A biblioteca escolar é um espaço para ter críticos questionamentos, criatividade. A biblioteca escolar é a vitória de uma vontade política contra as dificuldades existentes no meio educacional. Poucas leituras, isto é uma visão autoritária da educação. A biblioteca escolar é um lugar de todos, conquistar uma biblioteca é um trabalho em conjunto (alunos, professores, pais, funcionários de escola). (FRAGOSO, 2004)

Ela é um lugar de viajar no mundo da imaginação, transmitir uma cultura às novas gerações. A biblioteca escolar também atende as necessidades reais de leitura dos usuários, um lugar de recreação e busca de conhecimento.

A biblioteca escolar é um dos locais da escola a disposição para a informação, a cultura, e histórias de vida e pode ser aberta para todas as pessoas. Não importa se pertence a comunidade escolar ou não, pois a informação e o conhecimento é para todos..

9 CONCLUSÃO

Através desta monografia pode se visualizar que o bibliotecário desempenha além da sua função técnica como catalogador, classificador, organizador possui também um papel social. A sociedade evoluiu, assim como, os questionamentos humanos se tornaram mais complexos pode se constatar isso através de um mundo ecologicamente sustentável entre outros problemas sociais. Vê-se que na formação da pessoa como cidadão, as necessidades sociais cresceram com isso além da participação plena no Estado ele também precisa estar informado, para que não seja excluído da sociedade.

A informação se torna cada vez mais ágil a utilidade social dos bibliotecários se insere na educação, como fomentador de alunos leitores, pessoas críticas e abertas para a realidade que vive. O Estado com as suas políticas públicas busca condições favoráveis para se ter a biblioteca um espaço de cidadania e democracia. Nesse sentido cabe ao Estado fortalecer e facilitar o acesso do cidadão aos livros e as tecnologias existentes.

E nesta particularidade que o Bibliotecário sai de um ambiente meramente escolar para se inserir na comunidade como um catalisador, um mediador das demandas sociais e assim contribuir para a formação de novos cidadãos. O fim último das bibliotecas é a construção da cidadania e passando pelas políticas públicas. A biblioteca na sociedade faz com que o cidadão cresça com os seus direitos garantidos, principalmente o direito à informação. O Estado tem de propiciar o direito à informação a todas as pessoas, não excluindo ninguém, por isso o bibliotecário necessita de dialogar com Estado e solicitar mais espaço neste contexto. O bibliotecário precisa um interventor, ou seja, estar atento a

realidade que o cerca, não ficando somente no espaço na biblioteca é importante estar no meio das necessidades do povo. Participar dos movimentos sociais é um dos primeiros passos, para que o bibliotecário busque um maior diálogo com Estado e veja os problemas existentes na realidade em que vive. Muitas vezes a visão deste profissional, se torna restrita e pequena por isto é necessária uma visão ampla e holística. Passar as informações a todas as realidades não importa a biblioteca seja mais científica, ou a biblioteca mais pobre inserida numa local difícil e pouca infraestrutura. . Diminuir esta desigualdade social pode ser também ser um papel do bibliotecário, para isto é bom ser um profissional mais social e engajado e um mediador das demandas sociais.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo. **O que é Políticas Públicas?** Caxias do Sul, [s.l.], 2004. 1 folheto.
- AGUIAR, Sonia. Observatório da Cidadania: monitorando as políticas públicas em âmbito global. **Ciência da Informação**, Brasília, maio/ago. 1999. Disponível em: http://www.scielo.Br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200006&1. Acesso em: 19/08/2003.
- AZEVEDO, Janete Maria de. **A educação como Política Pública**. Campinas: Autores Associados, 1997. 75 p.
- BARBALET, J. M. Teoria da Cidadania. In: BARBALET, J. M. (org.). **A Cidadania**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989. p. 11-24.
- BETANCUR, Adriana Maria; ALVAREZ, Didier. Servicios de Información Ciudadanos y Comunitarios: nuevos sentidos para las bibliotecas públicas. **Revista de Interamericana Bibliotecología**, Medellín, v. 24, n. 2, p.13-23, jul./dic., 2001.
- CAMPOS, Estela Morales. Sociedade e Informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 7-18, jan./jun. 1992.
- CARITAS BRASILEIRA REGIONAL RS. **Políticas Sociais e Políticas Públicas: uma questão em debate**. Porto Alegre: Cáritas, 2004. 55 p. (Caderno de Formação, 18)
- CEPIK, Marco. Direito à Informação: situação legal e desafios. **Revista Informática Pública**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 1-14, maio 2000.
- CORREA, Elisa Cristina. D.; OLIVEIRA, Karina C. de; BOURSCHEID, Laura da Rosa; SILVA, Lucélia Naside da; OLIVEIRA, Salette de. Bibliotecário Escolar: um educador? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 107-123, 2002.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão em papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.
- FERREIRA, Maria Mary. **Políticas Públicas de Informação e Políticas Culturais voltadas para Bibliotecas Públicas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 20., 2002, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza, 2002. 1 CD-ROM.
- FERREIRA, Rubens da Silva. A Sociedade da Informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p.36-41, jan./abr. 2003.
- UNARI, Pedro Paulo. A Cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Assanezi. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 49-79.

FRAGOSO, Graça Maria. **Casa de Livros ou Simplesmente...Bibliotecas**. [s.l.]: Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/biblioteconomia/biblioteca/graca6.html/>. Acesso em 12 abr. 2004.

— GENTILI, Victor. O Conceito de Cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 19, p. 41-55, quadrimestral, 2002.

— GOMES, Sonia de Conti. Biblioteca e Sociedade: abordagem e sociedade, **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 14-21, mar. 1982.

— GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-27.

HOFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas Públicas Sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 1-8, nov. 2001.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MORAES, Reginaldo C. Reformas Neoliberais e Políticas Públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-Sociedade. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, p. 1-10, set. 2002.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. O Bibliotecário e suas práticas na construção da Cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 135-147, 2002.

— MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. Cidadania, Novos Tempos, Novas Aprendizagens: novos profissionais? **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 69-78, 2003.

PERUZZO, Cícilia M. K. Ética, Liberdade de Imprensa, Democracia e Cidadania, **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 71-88, jul./dez. 2002.

PFITSCHER, Eloísa Futuro. Bibliotecário, Informação e Cidadania. **Revista Interamericana de Biblioteconomia**, Medellín, v. 17, n. 2, p. jul./dic. 1994.

PRADO, Ricardo. Biblioteca, um Tesouro a explorar. **Escola: revista do professor**, São Paulo, v. 18, n. 162, p. 54-59, maio 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. **Princípios e Diretrizes da Educação**. Porto Alegre: Corag, 2000. 64 p.

RUSSO, Giovanni. **Educar para a Bioética: pela escola, pela catequese, pela pastoral da juventude**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 243 p.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Biblioteca Escolar: de gênese a gestão. IN; Zilberman, Regina. (ORG). **Leitura em Crise na Escola: as alternativas do professor**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 133-145

— SINGER, Paul. Cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-261.

— TARGINO, Maria das Graças. Biblioteconomia, Informação e Cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1991.

VARGAS, Jorge Osório. Nuevas Políticas para Nuevas Ciudadanias. **Contexto e Educação**, Ijuí, v. 15, n. 59, p. 55-62, jul./set. 2000.

— VERGUEIRO, Waldomiro de Castro S. Bibliotecário e Mudança Social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 16, n. 2, p. 207-215, jul./dez. 1988.

VERZA, Severino Batista. Políticas Públicas da Educação e da Cidadania. **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 4, n. 20, p. 5-13, abr./jun. 1996.

— VIEIRA, Liszt. Em torno do Conceito de Cidadania. In: VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da Cidadania: a sociedade civil e a globalização**. São Paulo: Record, 2001. p. 33-50